

Tarifa de energia ganha o debate público com a campanha eleitoral

A conta de luz do mineiro tem o ICMS mais alto do país, o que tem penalizado a população, gerado um alto índice de inadimplência e inibido o consumo, causando perda de receita para a Cemig

Foto: Benedito Maia

O governo de Minas aplica sobre a energia elétrica, um bem essencial para a vida da população, uma alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) muito acima da praticada em outros estados. A sobrecarga penaliza, principalmente, os consumidores residenciais e é o ponto mais polêmico do debate eleitoral no Estado.

O candidato à reeleição tenta transferir a responsabilidade pelo valor elevado ao governo federal. O candidato da oposição centra seu discurso na necessidade de rever a política tributária e tarifária em Minas.

Fato é que o modelo de tributação, aliado à política tarifária da Cemig, faz com que o Estado tenha uma das tarifas residenciais mais altas do país.

ICMS é o maior vilão

A tributação sobre a energia residencial adotada em Minas é a mais alta do país, ao contrário da aplicada sobre a conta comercial e industrial que é uma das mais baixas do Brasil.

Em Minas a tributação de ICMS é de 30% para contas residenciais e de 18% para consumidores industriais e comerciais. O coordenador-geral do Sindieletrô, Wilian Vagner, destaca que a política tributária e tarifária praticada hoje é injusta e que a população está no limite do sacrifício.

“Energia elétrica não é um artigo supérfluo numa residência. Independente do seu poder aquisitivo, todos devem ter acesso a este serviço como condição para a cidadania”.

Além do sacrifício do consumidor, a própria Cemig é penalizada pelo excesso de carga tributária e vê a inadimplência crescer a níveis assustadores.

“As pessoas não estão conseguindo pagar a conta. Isso aumenta o índice de inadimplência e inibe o consumo. Tanto é que Minas Gerais tem um dos mais baixos ín-



Jornais de campanha alimentam debate sobre a tarifa de energia

dices de consumo de energia quando comparado a outros estados. Se a tarifa fosse justa, as pessoas comprariam mais e a empresa também teria um lucro maior”, afirma Wilian Vagner.

Segundo ele, a redução do

percentual do ICMS não significa que haverá queda no faturamento da Cemig. *“Pelo contrário, uma tarifa equilibrada significa menos inadimplência e maior poder de consumo”,* avalia.

Wilian Vagner também des-



taca o fato da empresa negociar com os grandes consumidores abaixo do valor definido pela Aneel. *“A Cemig baixa a tarifa do industrial e pesa a mão no consumidor residencial. Se engana quem acha que a empresa ganha com isso”,* avalia.

Na ponta do lápis

O economista da Subseção do Dieese, Fernando Duarte, concorda que é possível equalizar o imposto cobrado em Minas com o que é praticado em outros estados *“de forma equilibrada e responsável, sem que isso implique em perda de lucro para a Cemig”.*

Analisando a conta de uma

família mineira com consumo mensal de 148 KWh, comprova-se que a tributação total representa 48% do valor da conta. Nesta carga, 57% dos tributos vão para o Estado, a título de ICMS.

A União recebe 26%, através do PIS/PASEP/COFINS e encargos setoriais, e o município 17% como taxa de iluminação pública. Isto é, os governos municipal, estadual e federal têm utilizado a energia para a cobrança de impostos. *“O que diferencia o valor da conta de luz nos estados é a política de ICMS, que é a opção que o governo estadual faz para a tributação do serviço”,* explica o economista do Dieese, Fernando Duarte.

Pauta de Reivindicações está aprovada

Foto: Benedito Maia

Os trabalhadores definiram em assembleias realizadas nas sete Regionais as reivindicações que serão apresentadas à direção da Cemig para a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho 2006/2007.

Este ano, o Sindieletrô adotou um processo diferente para a aprovação da Pauta de Reivindicações com assembleias descentralizadas, o que permitiu uma participação maior dos trabalhadores.

A entrega da Pauta será feita na primeira semana de outubro. Até lá, cada Regio-

nal irá encaminhar as definições do Conselho Deliberativo, preparando a categoria para a mobilização durante a Campanha. Diretores do Sindieletrô que compõem o Conselho estiveram reunidos em Belo Horizonte no último final de semana para discutir e organizar a Campanha de Renovação do ACT.

Para o diretor de Formação, Lúcio Parrela, os trabalhadores devem estar atentos para não deixar que a direção da Cemig imprima a lógica da não-negociação.

“No ano passado a Cemig tentou o tempo todo descaracterizar

a negociação. Os trabalhadores têm de estar mobilizados e não podem permitir que o tempo da empresa defina nosso Acordo Coletivo. A prática da não negociação não pode ser vista de uma forma isolada, mas sim como uma política de gestão da Cemig”, afirma Lúcio Parrela.

Para o diretor, a tarefa este ano é o resgate e a valorização da negociação, que passa, ne-



Assembleias aprovaram as reivindicações

cessariamente, por uma maior organização e participação dos eletricitários em todos os momentos da Campanha.

Sindieletro vai recorrer de decisão do TRT sobre Dissídio dos terceirizados

Foto: Benedito Maia



Decisão do Tribunal Regional do Trabalho pode ser revertida

Além de estudar outras medidas jurídicas cabíveis e realizar novas reuniões setoriais com os trabalhadores de empreiteiras, o Sindieletro vai recorrer da decisão da Seção Especializada de Dissídios Coletivos

do Tribunal Regional do Trabalho de não julgar o mérito do dissídio coletivo dos trabalhadores terceirizados da Cemig. A Seção entendeu haver incompatibilidade entre as representações do Sindieletro e

do Sindimig – Sindicato das Indústrias de Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias do Estado de Minas Gerais.

De acordo com a assessora jurídica do Sindieletro, Rosângela Carvalho, será apresentado recurso no Tribunal Superior do Trabalho depois que a decisão for publicada, alegando que os terceirizados exercem as mesmas atividades que os trabalhadores próprios e, por isso, devem ser representados pelo Sindieletro.

Intensificar a mobilização

O coordenador-geral do sindicato, Wilian Vagner, destacou que a decisão do TRT é mais um motivo para os trabalhadores terceirizados lutarem ainda mais por melhores condições de trabalho e de salários, dignidade e cidadania. “Va-

mos garantir a representatividade e os direitos dos terceirizados recorrendo da decisão, estudando outras medidas jurídicas e realizando setoriais”, avisou.

Ele lembra que a Justiça do Trabalho tomou a decisão apenas com base em avaliação das cartas sindicais do Sindieletro e do sindicato das empreiteiras (Sindimig), documentos que definem quais os setores de atuação e base territorial. Os juízes da Seção Especializada de Dissídios Coletivos entenderam que o Sindieletro represen-

ta os trabalhadores da indústria energética e o sindicato patronal representa empreiteiras que atuam em instalação elétrica, indeferindo o dissídio sob o argumento de ilegitimidade.

“Os juízes não entraram no mérito das atividades que os trabalhadores terceirizados exercem e esta vai ser, a partir de agora, a nossa briga. A mobilização será intensificada. Temos a convicção de que vamos conseguir avançar nesta luta, garantindo dignidade e cidadania para os trabalhadores terceirizados”, enfatiza.

Turma Recursal nega processo do presidente da Cemig contra Guterres

No último dia 11, a Turma Recursal de Belo Horizonte recusou, por unanimidade, a ação criminal por difamação movida pelo presidente da Cemig, Djalma Bastos Morais, contra o presidente da CUT/MG e diretor do Sindieletro, Lúcio Guterres. Com a argumentação de que Guterres cometeu difamação ao denunciar, publicamente, o aumento de acidentes fatais, falta de segurança e contratação ilegal de terceirizados na Cemig, o processo já havia sido negado pelo Juizado Especial Criminal.

Cabe recurso no Supremo Tribunal Federal. Segundo o advogado de defesa, Tarcísio Maciel Chaves de Mendonza, apesar da possibilidade de recurso, a manutenção pela Turma Recursal da decisão de primeira instância é mais uma vitória, ficando mais inviável

a condenação do dirigente sindical.

Lúcio Guterres acredita que se houver recurso “o presidente da Cemig vai perder porque a tese de difamação não é consistente”. Para ele, o processo é, na verdade, uma “briga política” estimulada pelo governador Aécio Neves. “Não é o Djalma Bastos que se aborreceu com o Lúcio, mas o Palácio do governo que quer silenciar quem faz oposição, como o Sindieletro, a CUT, o MAB e MST”, declara.

Acidentes continuam

Desde que a campanha “Acidente Zero” foi lançada, em 2004, ocorreram 28 acidentes fatais envolvendo a empresa, a maioria com terceirizados. No seu último relatório sobre acidentes no setor elétrico nacional, de 2005, a Fundação Comitê de Gestão Empresarial (Fun-

dação Coge) apontou a Cemig Distribuição em primeiro lugar no ranking de acidentes fatais com pessoal próprio e terceirizado e em segundo nos acidentes com a população.

“Quando crítico e denuncio é para chamar a atenção da diretoria e dos gerentes da Cemig para a necessidade de uma política de saúde e segurança que realmente funcione e reduza os acidentes. Quem exerce tais cargos é responsável pelas mortes”, ressalta o presidente da CUT.

Mais um processo

Lúcio Guterres também está sendo processado criminalmente por difamação e calúnia pelo assessor da DGE, Sérgio Augusto. A audiência de julgamento está marcada para o próximo dia 05, no Juizado Especial Criminal em Belo Horizonte.

Quais os pontos mais importantes da pré-pauta de reivindicações da Campanha deste ano?

FALA TRABALHADOR

Fotos: Benedito Maia



Considero o Plano Odontológico, a Participação nos Resultados e a Avaliação de Desempenho os

pontos mais importantes da pré-pauta deste ano. Nós ainda não sabemos realmente quanto iremos pagar pelo atendimento dentário. A Campanha tem que priorizar bastante essa questão, que está muito confusa. Outra coisa é o pagamento da Participação nos Resultados, que tem que ser distribuída de forma totalmente linear, assim como todo mundo quer. Queremos saber quanto vamos ganhar com isso. Em relação à Avaliação de Desempenho, espero que as distorções criadas sejam corrigidas. No meu setor, por exemplo, foi falado que o maior peso da avaliação ficaria por conta das notas dos colegas, mas isso não aconteceu.

Walter Ramos
Eletricista de distribuição
DC/SE – Anel Rodoviário



Por causa da necessidade dos trabalhadores de cuidar da saúde, considero as melho-

rias do Prosaúde o item mais importante da pré-pauta. Os trabalhadores contam com serviços de prevenção, mas quando acontecem problemas temos que lidar com a dificuldade na marcação de consultas, que demora bastante, às vezes cerca de um mês, apesar do nosso plano ser muito bom. Se tivéssemos um atendimento mais eficaz, nada disso iria acontecer. Também é importante a questão do Plano de Cargos e Remuneração. Os trabalhadores deveriam ter acesso a cursos. Isso é importante porque possibilita maior chance de crescimento dentro da empresa.

Jairo Júnior Jorge
Eletricista de distribuição
DC/SE – Anel Rodoviário

Sindieletro, Forluz e Cemig debatem Odontológico na Justiça

Foto: Benedito Maia

Decisão judicial sobre a legalidade do plano sai em outubro, mas Odontoprev já está atuando, apesar da discordância da sindicato e entidades representativas dos trabalhadores

Em audiência realizada no último dia 14 na 11ª Vara do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), Forluz e Cemig apresentaram suas defesas no processo que questiona a forma de implantação do Plano Odontológico. O sindicato tem agora 10 dias para impugnar a argumentação apresentada pela fundação e pela companhia. Depois disso, a partir de nove de outubro, o juiz Charles Etienne Cury terá o prazo de mais 10 dias para anunciar a sentença.

A implantação do Subprograma foi feita sem aprovação do Comitê do Prosáude Integrado e em total desrespeito ao Acordo Coletivo que criou o PSI.

Modelo imposto

Mesmo sem a decisão judicial final, a Forluz e a Cemig insistem em colocar o plano em vigor, já que o contrato com a Odontoprev já está assinado. Os trabalhadores foram automaticamente inscritos e pagarão as mensalidades já a partir deste mês.

Vale lembrar que quem utilizar qualquer procedimento oferecido pela operadora terá que permanecer no plano por um período de um ano.

No entanto, quem não quiser aderir terá que comunicar sua decisão à Forluz até o dia 30 deste mês. Para isso, é necessário preencher um formulário de exclusão disponível no site www.forluz.org.br ou solicitar o documento através do telefone 0800-309009.

Os trabalhadores que solicitarem a exclusão continuarão a ter atendimento odontológico através do sistema já existente, que conta com uma rede credenciada própria.

“A categoria merece um amplo debate, com total transparência. Existem várias dúvidas quanto às coberturas e o custo, além do desrespeito ao Comitê do PSI. Para completar, a Agência Nacional de Saúde considerou ilegal a terceirização do plano”, comenta Arcângelo Queiroz, diretor do Sindieletro e membro do PSI.

O diretor destaca que a Secretaria de Previdência Com-

plementar tem questionado a competência da Forluz para gerir um novo programa que cumpra a legislação. “Isso sem contar a Vigilância Sanitária, que não aceita o excesso de radiografias previsto no regulamento do plano”, ressalta Arcângelo.

O Sindieletro manteve na audiência sua posição contrária à postura equivocada da Forluz e da Cemig na condução do Subprograma Odontológico.



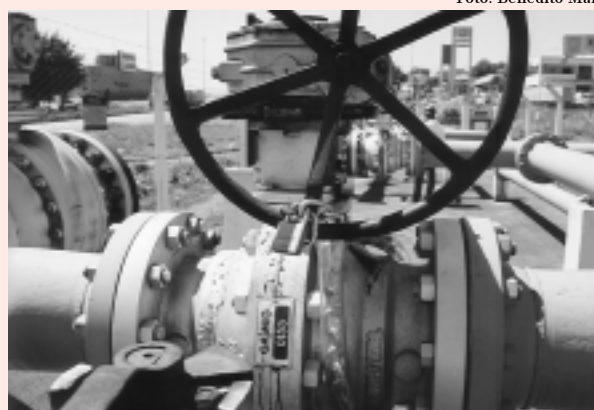
Forluz e Cemig foram questionadas por irregularidades no plano

Trabalhadores da Gasmig denunciam desvio de função e falhas no PCR

Foto: Benedito Maia

Há dois anos, a gerência de Recursos Humanos da Gasmig tem adiado a resolução de problemas de enquadramento no Plano de Cargos e Remuneração (PCR) e desvios de função de um grupo de trabalhadores da Cemig cedidos à subsidiária. Mesmo já tendo sido comunicada do problema, a gerência constantemente desmarca as reuniões agendadas com o Sindieletro, alegando outros compromissos, com o objetivo de protelar a decisão do impasse.

Um trabalhador que não quis se identificar afirmou que vários colegas não recebem a remuneração compatível com o cargo que ocupam, além de assumirem uma responsabilidade pela qual não são pagos suficientemente. Em virtude disso, ficam prejudicados na hora



Gasmig mantém distorções nas funções e salários

de receber férias, 13º salário e Maria Rosa, que são benefícios calculados com base no valor do salário.

Atuando, há muito tempo, como supervisor de equipe, um outro trabalhador conta que não está enquadrado no nível correto de sua carreira técnica. No início deste ano, o problema desses trabalhadores foi comunicado à presidência, porém a Gerência de Recursos Humanos ainda não fez o devido enquadramento. Ele afirma que executa todas as atividades

de técnico, mas não recebe como tal e também não sabe o andamento de sua solicitação. Segundo ele, a empresa não informa as regras que norteiam a mudança de nível.

“A Gasmig está empurrando o problema, tentando ganhar tempo. A gerência de RH alega falta de tempo, mas já tem conhecimento da situação há seis meses. Por causa disso, tive prejuízo quando fui receber a indenização do anuênio”, revela. O trabalhador, que calcula que seu salário está defasado em mais de R\$500, conta também que vários colegas, a pedido da Gasmig, fizeram registro no Crea, mas ainda não foram enquadrados como técnicos.

Na lista de pendências de enquadramentos se encontra um outro trabalhador que também desenvolve as atividades de supervisor. Como não rece-

be a remuneração adequada, ele conta que seu prejuízo financeiro chega a R\$1.200.

“Hoje, poucas pessoas estão com este tipo de problema, já que a Gasmig corrigiu os cargos e os salários de outros trabalhadores, mas se esqueceu de nós, que somos uma minoria. A empresa se aproveita disso: o número de prejudicados é pequeno e, por isso, ficamos mais enfraquecidos para lutar”, revela.

O Sindieletro continua aguardando a resposta da Gasmig, que ficou de agendar reunião para resolver os problemas. “Já tentamos marcar um encontro com o setor de Recursos Humanos e com a presidência da empresa, mas não obtivemos êxito, o que demonstra uma grande falta de respeito com os trabalhadores. Esses colegas que vieram da Cemig estão inseguros porque não sabem qual será o seu destino”, afirma Wilian Vagner, coordenador-geral do sindicato.

EUA não aprenderam lição do 11 de setembro, diz pesquisador

Portal Terra

Um dos pioneiros do estudo de Relações Internacionais no Brasil e co-autor de um recém-lançado dicionário sobre o tema, o professor Williams Gonçalves (UFF e Uerj) conversou com a agência de notícias AFP sobre as conseqüências do 11 de setembro. Abaixo, os melhores trechos da entrevista.

AFP– O que mudou desde 2001?

Williams Gonçalves– Embora não se possa dizer que tenha havido mudança de orientação da política internacional americana, o quadro foi alterado, desfavorecendo a idéia inicial de agir sobre o mundo para torná-lo mais adequado aos interesses nacionais dos EUA. Além de não conseguir transformar o Iraque em uma liberal-democracia, uma vitrine para o restante do Oriente Médio como prova de seu êxito político, o presidente Bush perdeu importantes aliados europeus, como o espanhol José María Aznar e o italiano Silvio Berlusconi (derrotados nas urnas), e assistiu ao enfraquecimento do premier britânico Tony Blair.

AFP– Onde o Governo Bush errou após o 11/9?

WG– Uma alternativa teria sido liderar uma grande mobilização política a partir da ONU para, com o uso dos serviços de inteligência, reduzir o espaço de atuação dos terroristas, sem abrir mão de medidas re-

pressivas. A opinião pública de qualquer país atingido por tais atentados exigiria providências policiais e militares para voltar a sentir segurança. Bush agiu condicionado pelas idéias políticas que o levaram à presidência. O erro foi superestimar a capacidade dos EUA, achando que suas instituições mudariam o mundo de acordo com a vontade de seus dirigentes, sem enfrentar resistência.

AFP– Afinal, que lição se tirou do 11 de Setembro?

WG– Não sei dizer se os dirigentes americanos aprenderam alguma lição. O 11/9 e a reação americana mostraram que o grande problema das relações internacionais do Pós-Guerra Fria tem sido a forte concentração de poder nas mãos dos EUA. Enquanto não houver certo equilíbrio de forças, suas elites vão se sentir tentadas a intervir para mudar o mundo de acordo com seu ponto de vista. Iniciar guerras preventivas é prova dessa concentração de poder e da generalizada insegurança que acarreta.

AFP– Se o líder da Al-Qaeda, Osama bin Laden, for capturado, o que virá depois?

WG– Talvez ele nunca seja capturado, apareça morto, ou seja dado como morto em algum momento. Terrorismo e serviços de inteligência fazem parte da mesma teia. Os atentados nascem dessas relações, e a repressão eficaz depende das barganhas e favores. Nós, que estamos de fora, nunca sabemos o que está sendo negociado. Por isso, é muito difícil saber se os atentados continuarão ou se os terroristas entrarão em hibernação. Os grupos que hoje hostilizam os EUA foram alimentados pelos próprios americanos, quando foi interessante usá-los contra os soviéticos. Bin Laden era agente da CIA. Sabe-se também que é protegido pelo serviço secreto do Paquistão, que, por sua vez, colaborou com os EUA contra os Talibãs.

AFP– Recentemente, o secretário americano da Defesa, Donald Rumsfeld, classificou de medíocre e lamentável a atuação dos EUA na guerra ideológica



Sociedade responsabiliza governo americano pela violência

contra o extremismo. Num país onde as idéias são tão importantes, como isso é possível?

WG– O Governo Bush quis preencher o espaço que a URSS ocupava como inimigo estratégico com o terrorismo internacional, mas o terrorismo não se presta a esse papel. Há, inclusive, dificuldade em defini-lo. Daí, o obstáculo para manter a sociedade permanentemente mobilizada. O inimigo não apresenta proposta ideológica, não oferece alternativa de organização social e política. Simplesmente não há resposta e, quando ela vem, é na forma de atentado.

AFP– Como os EUA resolverão o dilema da democracia no Oriente Médio?

WG– Eles partem da idéia de que poderão estabelecer a democracia de fora para dentro. Assim não funciona. Se os EUA

quisessem mesmo mudanças político-institucionais na região, deveriam ajudar esses Estados a promover o desenvolvimento socioeconômico. Isso contraria, porém, cálculos geopolíticos e geoconômicos, no centro dos quais está a necessidade de fontes seguras de suprimento de petróleo para manter sua economia funcionando.

AFP– O Sr. se vê como pessimista ou otimista em longo prazo?

WG– Pessimista no curto e otimista no longo prazo. O conhecimento da História mostra que as idéias progressistas, voltadas para a promoção do bem-estar e a defesa da liberdade dos indivíduos têm prevalecido. A luta que se trava contra a opressão não será em vão. As gerações futuras agradecerão aos combatentes de hoje.

